

RESENHA DO LIVRO

LIMA, Renato Sérgio de. *Entre palavras e números: violência, democracia e segurança pública no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2011. 306p.

Nelson De Castro Senra¹

Este livro foi, primeiro, editado no exterior, em 2010, sob o título *"Between Words and Numbers: Violence, Democracy and Public Safety in Brazil"*, tendo recebido no site da Amazon, onde pode ser encontrado, o seguinte comentário de Elizabeth Leeds: "This book by Renato Sérgio de Lima examines the challenges of implementing police reform at a time when rising crime rates and demands by citizens for quick-fix solutions give rise to hard-line emergency policies rather than fundamental institutional change to create effective and respectful policing. Demonstrating the importance of reliable research and measurement of factors affecting crime and recognizing important innovations in public safety - the new emphasis on police management, the multi-causality of crime, the role of municipalities, and the participation of civil society, among others -, the author nevertheless places these advances in the realistic context of institutional resistance working against reform in Brazil's criminal justice system. It is essential reading to understand one of the most complex problems facing Brazil and Latin America".

Na edição brasileira (pela editora Alameda, em cujo site pode ser adquirido), em 2011, Sérgio Adorno (que foi seu orientador no doutorado em Sociologia, na USP – Universidade de São Paulo) declara no prefácio, numa feliz síntese, que: "Este livro é um bom testemunho de que iniciativas bem-sucedidas de investigação sociológica podem ser apropriadas pelos saberes práticos e profissionais. Sem abdicar das exigências de rigor e de objetividade inerentes ao modo de ser e à lógica do campo científico, os capítulos abordam o papel estratégico das estatísticas como instrumento de gestão pública, os desafios propostos pela emergência e disseminação do crime

¹ Doutor em Ciência da Informação (Universidade Federal do Rio de Janeiro / Escola de Comunicação – UFRJ / ECO & Conselho Nacional de Pesquisas / Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – CNPq / IBICT). Mestre em Economia (Fundação Getúlio Vargas / Escola de Pós-Graduação em Economia – FGV / EPGE). Economista (Universidade Candido Mendes – UCAM). Pesquisador aposentado no IBGE. Colaborador no Programa de Mestrado em "Estudos Popacionais e Pesquisas Sociais", da Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE / IBGE, e no Programa de Mestrado e Doutorado em "Comunicação e Informação em Saúde", do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde – ICICT / FIOCRUZ. Sócio (fundador) da "Associação das Américas para a História da Estatística e do Cálculo das Probabilidades". Sócio efetivo do "Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro" (IHGRJ). Sócio da "Associação Brasileira de Educação" (ABE). Endereço eletrônico: ncsenra@gmail.com.

organizado nas sociedades latino-americanas, o papel da polícia na sociedade democrática, as novas políticas de segurança em curso, formuladas pelos governos federal e estaduais, tendências da evolução dos homicídios bem como imagens e visões sobre a política criminal em São Paulo, estudos sobre fluxo dos crimes no sistema de justiça criminal. Concisos e destituídos do hermetismo próprio do discurso acadêmico, os capítulos demonstram sim que é possível aliar números à eficiência administrativa e profissional. Mais do que isso, é possível traduzir resultados de investigações em fonte de inspiração para a profissionalização das atividades de controle do crime dentro dos marcos do estado de direito” (p. 11-12).

E está tudo dito, na essência. Mas é possível, e necessário, passar alguns detalhes, de modo a cativar os leitores, não lhes ficando dúvidas: trata-se de ótimo livro, a merecer leitura atenta, e não apenas dos estudiosos da segurança pública, e temas afins. O livro, definitivamente, é de valor inegável também aos estudiosos da sócio-história da atividade estatística, bem assim, aos estudiosos da governança pública, em geral, e, em particular, da polícia. Dessa forma, seu espectro de público é amplo.

Afora o prefácio, e uma introdução, os textos estão postos em duas partes. A primeira, denominada “A construção de um campo de pesquisa”, tem seis capítulos, sendo dois deles em co-autoria (o 2 com Cristina Neme e o 6 com Jacqueline Sinhoretto), e é mais teórica. A segunda, denominada “Os números como aliados do conhecimento”, tem cinco capítulos, sendo todos, exceto um, escritos em co-autoria (o 7 com Wagner de Melo Romão; o 9 com Frederico de Almeida e Jacqueline Sinhoretto; o 10 com Jacqueline Sinhoretto; e o 11 com Juvelino Strozake), e é mais prática.

O livro contata a sócio-história da segurança pública, a partir da visão de vários autores, nacionais e estrangeiros, no campo específico da segurança pública, e temas afins, bem como no âmbito da sociologia, em geral. Considera diferentes concepções de pesquisas e estudos, em vários tempos, com ênfase à história do Brasil, ainda que também ofereça diversas menções internacionais. O capítulo 4, “Contar crimes e criminosos no Brasil”, por exemplo, passeia pela história brasileira com excelente competência, desde o tempo do Império, passando pela Primeira República, seguindo adiante, com realce ao período dos militares, em que segurança pública esteve associada (subordinada mesmo) à segurança nacional, até sua separação após a Constituição de 1988, dado como um marco da democracia brasileira em tempos atuais. O capítulo a seguir, o 5, analisa o “Diálogo México-Brasil sobre polícia e crime organizado”, analisando os debates havidos em julho de 2009, com uma ótima discussão das governanças pública, em geral, e da policial. Esse tema é retomado e revisitado no capítulo seguinte, o 6, “Qualidade da democracia e polícias no Brasil”, destinado a uma publicação portuguesa.

O capítulo 3, “Sociologia, sínteses teóricas e estatísticas públicas no Brasil”, em versão diferente, agora revista, foi publicado (com outro título) antes no livro intitulado “Estatísticas nas Américas: por uma agenda de estudos históricos comparados”, organizado por Nelson de Castro Senra e por Alexandre de Paiva Rio Camargo (para o IBGE, em 2010), e que é um dos marcos da memória histórica da criação desta “Associação das Américas”. Entre várias ideias dadas a debate, há ênfase na carência de coordenação entre instituições produtoras, e também, o que é bem mais difícil de alcançar, entre

usuários e produtores, bem captando uma demanda atualizada e realizável. Pois esta ideia, o haver uma efetiva coordenação, por certo em redes de saberes, é vista em várias outras partes. E, ainda que nada seja dito explicitamente, sem dúvida alguma o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, de que Renato Lima é Secretário Geral, é um forte candidato ao exercício desta coordenação, na temática aqui referida. Por certo, melhor a exerceria se pudesse contar com o apoio e a ação do IBGE, nominalmente o coordenador do sistema estatístico brasileiro, mas, ao contrário do estabelecido pela legislação, a menos da criação de instrumentos de coordenação (classificações, cadastros etc.), não a tem praticado.

O capítulo 2, “Produção acadêmica e segurança pública no Brasil”, bem poderia integrar a segunda parte do livro, pela riqueza de números que oferece à análise. São números resultantes de um levantamento bibliográfico de dissertações e teses, a partir dos quais são vistas as escolhas teóricas usadas, e as variações temáticas preferidas. Das 8.205 teses e dissertações compulsadas (feitas entre 1983 e 2006), 39% são em Ciências Humanas (com forte domínio das Ciências Sociais) e 44% são em Ciências Sociais Aplicadas (com forte presença do Direito). Entre as conclusões alcançadas há a de que “são raros os exemplos brasileiros de contribuição teóricas e comparativas que inovaram” (p. 64), o que é uma pena, sem sombra de dúvidas. Mas afirmam que “seja como for, o sistema de pós-graduação brasileiro parece ter logrado êxito na incorporação da agenda sobre segurança pública e violência pela Universidade” (p. 70).

Por fim, no início do livro, o capítulo 1, “Segurança pública e os 20 anos da Constituição Cidadã”, o mais curto de todos, é chave. É onde está o realce da separação entre segurança pública e segurança nacional, sendo esta a que, até então, vigorava, sob a visão dos militares que tomaram o poder de 1964 a 1985. Entretanto, a despeito da boa intenção dos constituintes, as mudanças concretas só viriam pouco a pouco, e ainda hoje não estão completas, faltando mudanças profundas. Desde então, contudo, a começar do governo Itamar Franco, e seguindo pelos mandatos de Fernando Henrique Cardoso e Luis Inácio Lula da Silva, várias mudanças foram relevantes para tornar mais visível uma atuação cidadã das polícias. Vieram três planos nacionais de segurança pública: o Plano Nacional de Segurança Pública (segundo governo FHC, em 2001), o Plano Nacional de Segurança Pública II (primeiro governo Lula, em 2003) e o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (segundo governo Lula, em 2007).

A segunda parte apresenta os resultados de diversas pesquisas, seja usando registros administrativos, seja fazendo registros estatísticos (ora por amostras, ora em censos). Tabelas e gráficos são elaborados, e são bastante esclarecedores, cobrindo uma variada gama de temas. Na verdade, mais do que apresentar resultados de pesquisas, discutem-se processos de pesquisas, e, em especial, como articular números elaborados em várias instituições, a maioria não especializada, e, para tanto, merece especial referência o capítulo 10, “Os estudos de fluxo de justiça criminal e o tratamento integrado de informações”. De novo, o que está em discussão (e se lamenta) é a ausência da necessária coordenação temática, como já visto em outros capítulos anteriores.

Enfim, o livro é ótimo, e é um convite à reflexão. Sua leitura será oportuna a brasileiros, e a estrangeiros, porquanto os problemas serão muito parecidos. As ideias postas no livro, sem dúvida alguma, podem

muito bem ajudar no avanço da produção das informações necessárias à boa revelação das realidades, bem assim, à elaboração de boas políticas públicas. Da informação ao conhecimento há um grande caminho a percorrer, e o livro ajuda a tornar essa caminhada mais tranquila e rápida. O autor está de parabéns, e que novos livros venham, para além de sua diuturna atuação à frente do Fórum.

Rio de Janeiro, junho / julho de 2011